

Noções de ambiente no vocabulário controlado de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): uma perspectiva geográfica

Environment notions in the controlled vocabulary of Medical Subject Headings (MeSH): a geographic perspective

Nociones de ambiente en el vocabulario controlado de Descriptores en Ciencias de la Salud (DeCS): una perspectiva geográfica



Heloíse Canal

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil
heloisecanal@gmail.com



Roberto Verдум

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil
verdum@ufrgs.br

Resumo: Estabelecido há mais de três décadas, o vocabulário controlado de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) possui grande potencial de ser fonte documental para esclarecer como as Ciências da Saúde incorporam ao longo do tempo as temáticas relevantes para seus saberes e suas práticas. Este artigo busca discutir algumas noções sobre o descritor Ambiente deste vocabulário controlado, tendo como fio condutor a problemática ambiental discutida por parte da Geografia. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, de caráter exploratório e do tipo documental. O levantamento de dados foi realizado no próprio site do DeCS, nas seções de pesquisa livre e de edições anteriores correspondentes ao período de 1999 a 2020. O descritor foi mapeado seguindo os passos de ordenação, classificação e análise. Criaram-se quatro categorias de noções: ecológica, escalar, laboral e arquitetônica. São predominantes as abordagens de equilíbrio/desequilíbrio

ecológicos e de planejamento/gestão ambientais. O descritor Meio Ambiente do vocabulário condiz com parte da construção histórica do uso científico do conceito de ambiente, no entanto, existem lacunas nesta ferramenta de busca, sendo indicado o seu aprofundamento teórico a partir das discussões presentes na Geografia, principalmente segundo a perspectiva territorial.

Palavras-chave: Meio Ambiente; Geografia; Vocabulário Controlado; Ciências da Saúde.

Abstract: Established over three decades ago, the controlled vocabulary of Medical Subject Headings (MeSH) has great potential to be a documental source to enlighten how Health Sciences incorporate overtime the relevant themes for their knowledge and practices. This paper aims to categorize and discuss some notions on the term environment that are present in this controlled vocabulary, using as its thread the environmental crisis discussed in the Geography area. This is a qualitative, exploratory, documental research. Data was gathered from the MeSH website, in the sections of free search and previous editions from 1999 to 2020. As a result, we created four categories on environment notions: ecological, scalar, work and architectonic. The results associated to the discussions on the environmental crisis in Geography indicated that there are conceptual gaps in the controlled vocabulary of MeSH regarding health and environment. We point out the need to extrapolate the ecological equilibrium/environmental imbalance and environmental management/environment design approaches, also taking into consideration the territorial approach.

Keywords: Environment; Geography; Controlled Vocabulary; Health Sciences.

Resumen: Establecido desde hace más de tres décadas, el vocabulario controlado de Descriptores en Ciencias de la Salud (DeCS) tiene gran potencial de ser fuente documental para explicar cómo las Ciencias de la Salud incorporan a lo largo del tiempo temas relevantes para sus saberes y prácticas. Este artículo busca categorizar y discutir algunas nociones sobre el término ambiente presentes en este vocabulario controlado, teniendo como hilo conductor los problemas ambientales que discute parte de la Geografía. Se trata de una investigación con abordaje cualitativo, de carácter exploratorio y de tipo documental. Los datos se recogieron en la propia página web del DeCS, en las secciones de búsqueda libre y de ediciones anteriores correspondientes al período de 1999 a 2020. Como resultado, se crearon cuatro categorías sobre nociones de ambiente: ecológica, escalar, laboral y arquitectónica. Los resultados vinculados a las discusiones sobre el problema ambiental en Geografía indicaron que existen brechas conceptuales en el vocabulario controlado de DeCS sobre la relación salud y ambiente. Se plantea la necesidad de extrapolar los abordajes de equilibrio/desequilibrio ecológicos y de planificación/gestión ambientales, considerando también el abordaje territorial.

Palabras clave: Medio Ambiente; Geografía; Vocabulario Controlado; Ciencias de la Salud.

Introdução

Criado em 1986 pelo Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME/OPAS/OMS), o vocabulário controlado de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) é uma importante ferramenta para a padronização de termos, conceitos e temas relacionados às Ciências da Saúde. O DeCS também possui uma importante função para indexação de conteúdo de vários tipos de fontes de informação em saúde, já que é adotado pelo Portal Regional da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), grande referência sobre informação em saúde na América Latina e Caribe.

Uma das ferramentas principais do DeCS e demais vocabulários controlados é a presença dos chamados descritores. São “etiquetas” que registram as palavras em códigos únicos ao mesmo tempo em que permitem classificá-las e recuperá-las em uma estrutura hierárquica em relação a outros termos (DECS, 2021). Geralmente os descritores são acompanhados de um registro de seu significado, denominado de nota de escopo, o que permite também uma operabilidade semântica.

Diante disto, o DeCS tem grande potencial de ser fonte documental para esclarecer como as Ciências da Saúde incorporam ao longo do tempo as temáticas relevantes para seus saberes e práticas. No entanto, como é um vocabulário que foi criado no contexto das ciências biomédicas, é esperado que existam lacunas em diversos campos de conhecimento e que ao longo do tempo outros descritores e categorias possam ser revisadas e/ou ampliadas. Um exemplo é o estudo de Treuherz e Teixeira (2016) sobre como estava representada a área temática de identidade de gênero no vocabulário DeCS, entre os anos de 1996 a e 2015. Os autores concluíram que esta temática estava sub-representada no DeCS e, a partir desta constatação e da pesquisa em portais de periódicos científicos sobre o assunto, sugeriram a incorporação de trinta novos descritores ao vocabulário.

Partimos do pressuposto de que no âmbito técnico-científico o ato de selecionar um vocábulo em detrimento de outros possíveis é mais que uma tarefa de comunicação. Mesmo que de forma não explicitada, estas escolhas estabelecem uma abordagem e um escopo de práticas baseadas em conceitos (unidade de conhecimento), os quais guardam suas especificidades teóricas, técnicas e metodológicas (BARROS, 2016). Assim, em contextos de acesso e uso de informação científica em saúde relacionada à problemática ambiental, deve-se primeiramente reconhecer que os conceitos são históricos e que as noções de ambiente e seus correlatos – meio, ambiente, meio ambiente, etc. – são parte do próprio processo de construção do conhecimento (RIBEIRO, 2012).

Neste artigo, buscamos discutir algumas noções sobre o descritor Ambiente do vocabulário controlado DeCS, confrontando-as com a literatura científica geográfica que compreende o conceito de ambiente como categoria de análise necessariamente inscrita em uma problemática ambiental. Trata-se de pesquisa com abordagem qualitativa de caráter exploratório que busca conduzir à expansão terminológica e analítica sobre o tema.

Na primeira seção, abordamos brevemente o uso de ambiente ou meio ambiente nos campos científicos, em especial na Geografia, por meio de revisão histórico-conceitual. Depois, indicamos algumas discussões relacionadas a partir da recuperação de descritores do DeCS contendo o termo exato Ambiente, em especial o descritor Meio Ambiente. Mapeamos cada descritor (termos preferidos, nota de escopo e sinônimos). Seguindo os passos de ordenação, classificação e análise apresentados por Minayo (2014), categorizamos estas noções e elaboramos dois tópicos de discussão.

Contextualização geográfica do conceito de ambiente

Sobre a origem e contextualização do uso científico de ambiente, alguns autores utilizam o caminho da recuperação etimológica e semântica relacionada a meio, ambiente e meio ambiente (CANGUILHEM, 1975; RIBEIRO, 2012; SOUZA, 2019). Não é nosso objetivo adentrar esta tarefa e sim indicar brevemente alguns consensos sobre sua origem. Ribeiro (2012), a partir da compilação de diversos autores, indica que esta origem está cronologicamente manifestada na física newtoniana, na biologia evolucionista, na geografia (biogeografia) e na sociologia positivista. A cada apropriação científica, um novo ou revistado sentido é atribuído.

Dentro da política ambiental é possível perceber que embora a expressão 'meio ambiente' seja predominante, o seu significado não permanece o mesmo ao longo do tempo. É o caso da definição presente na própria Lei nº 6.938/81, que define meio ambiente como "o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas". A Resolução nº 306/2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente reconhece inclusive a multidimensionalidade do conceito ao ampliar a definição elaborada na década de 1980 para: "meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas".

Devemos ressaltar que situar geograficamente o conceito de ambiente ou pensá-lo à luz do saber da Geografia neste estudo é inseri-lo em uma problemática ou questão ambiental (AJARA, 1993; PORTO-GONÇALVES, 1989; SOUTO, 2016; SUERTEGARAY, 2001; 2021). É uma perspectiva surgida nas últimas décadas de reconhecimento mais amplo sobre os impactos positivos, negativos, reversíveis e irreversíveis aos ecossistemas e às populações humanas derivados do modelo de desenvolvimento econômico.

Nas agendas políticas internacional e nacional, ela tem como marco histórico a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também chamada de Conferência de Estocolmo (Suécia), ano de 1972. Como signatário de tratados e declarações desta e de demais convenções internacionais posteriores, o Brasil estruturou a partir da década de 1980 sua política ambiental tendo como referência a Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA).

Atualmente, já se reconhece que esta problemática, muito lembrada nas décadas passadas como campo próprio da Ecologia, não pode ser explicada por um único conceito ou campo de saber. O mesmo poderia ser dito em relação à noção de ambiente. Assim, não se trata de fazer a defesa geográfica como detentora de uma definição deste conceito. Mesmo porque este não foi originado nesta ciência, tampouco há um consenso sobre seu uso, principalmente da expressão correlata 'meio ambiente' (BIONDO, 2021; PORTO-GONÇALVES, 1989; SOUZA, 2019).

Dito isto, na chamada problemática ambiental há características de construção dos objetos e objetivos da ciência geográfica que agregam algumas singularidades em relação a outros campos do conhecimento e que repercutem nas noções de ambiente. A primeira singularidade diz respeito à relação entre homem e meio/natureza ou, melhor, entre sociedade e natureza. Ao contrário dos demais campos científicos, um dos pontos fundantes da construção histórica do pensamento geográfico seria a visão de conjunto entre 'o conhecimento sobre a sociedade e o conhecimento sobre a natureza' (SOUZA, 2019). Dessa forma, embora a problemática ambiental seja uma perspectiva recente, desde a formação da Geografia como ciência na sua corrente mais clássica¹, há uma busca pela integração entre sociedade e natureza, constituindo o que seria a raiz desta ciência (SUERTEGARAY, 2021).

Para contrapor essa visão geográfica de conjunto, tomemos como exemplo a própria Ecologia. Odum e Barret (2018, p. 3) lembram que a 'Ecologia' proposta em 1869 pelo biólogo e

naturalista alemão Ernst Haeckel foi primeiramente definida como “o estudo do ambiente natural, inclusive das relações dos organismos entre si e com seus arredores”. A incorporação de uma dimensão humana, muitas vezes chamada de ‘antrópica’, é posterior, por meio da criação da Ecologia Humana (ODUM; BARRET, 2018).

Mesmo campos do conhecimento que trabalham com escalas temporais e espaciais geológicas muito distintas das vivenciadas pelos seres humanos tiveram de criar categorias para demarcar o impacto recente da ação humana na superfície terrestre derivado da problemática ambiental, como o caso do conceito de Antropoceno (CRUTZEN, 2007). Por outro lado, Fleury et al. (2014) mencionam que foi somente a partir da década de 1970, com o enfoque da Sociologia Ambiental, que ocorreu maior tentativa de incorporação de uma dimensão biofísica interligada à dimensão social de maneira distinta dos autores clássicos da sociologia.

Suertegaray (2021) lembra que o conceito de ambiente na Geografia é trazido da Biologia como meio ambiente. O conceito de Geossistema presente na Geografia Física, embora com distintos significados (CAVALCANTI, 2013; CHRISTOPHERSON et al., 2017), tem um papel de destaque na incorporação da perspectiva naturalista e ecológica dos estudos ambientais, pois adentra na compreensão sobre o funcionamento do que seria a “dimensão natural” do espaço geográfico (SOUTO, 2016).

Paralelamente ao aparecimento na Geografia de uma abordagem sistêmica, que tem como central o conceito de Geossistema focado na análise de impactos ambientais, observa-se no final da década de 1980 uma crescente preocupação por parte de geógrafos/as brasileiros/as, principalmente ancorados no materialismo histórico-dialético, em inserir uma perspectiva crítica aos estudos ambientais da época. Estes debates têm como crítica em comum a própria construção do pensamento científico moderno, que separou sociedade e natureza numa visão sujeito-objeto, assim como a fragmentação dos campos de conhecimento a ponto de se dissociarem, como foi o caso da

Geografia Física e da Geografia Humana (SOUZA, 2019; SUERTEGARAY, 2021).

De maneira mais específica, estes debates trouxeram o aprofundamento de questões relativas ao próprio conceito de natureza e meio ambiente (PORTO-GONÇALVES, 1989). Também ressaltaram a consideração de uma dimensão social na problemática ambiental (AJARA, 1993), o que permitiu inclusive questionar os termos genéricos presentes nos estudos ambientais para se referir à dimensão humana, como “homem”, “ação antrópica”, “população”, etc. Para Lima (2019) e Suertegaray (2021), a abordagem sistêmica não daria conta de abarcar de maneira mais profunda a historicidade e as contradições sociais inscritas na problemática ambiental. Os autores argumentam que o ponto de vista sistêmico acaba por naturalizar a dimensão humana ou qualificá-la apenas pelo seu grau potencial de impactar o funcionamento dos sistemas naturais.

Souza (2019) defende a Geografia Ambiental como um novo enfoque (e não um novo ramo) para se olhar as relações entre sociedade e natureza já clássicas atribuídas à Geografia, sem, contudo, cometer os mesmos equívocos passados, fragmentando e especializando os saberes diversos ao ponto de perder a visão de conjunto. O autor aproxima a ideia de Geografia Ambiental à Ecologia Política, a partir do reconhecimento de que os estudos sobre sociedade e natureza devem ter como fim, além do próprio avanço do saber científico, o comprometimento ético e político de criação de “estratégias de transformação da realidade, seja na forma de políticas públicas, planejamento e gestão territoriais conduzidos pelo Estado, seja sob a forma de contraplanejamentos e contrapropostas desenvolvidos e implementados por organizações de movimentos sociais e forças da ‘sociedade civil’” (SOUZA, 2019, p. 7).

Ao debater sobre conceitos fundamentais na Geografia (meio, ambiente e natureza) a partir da sistematização da sua própria trajetória como geógrafa-pesquisadora-professora, Suertegaray (2021) menciona a importância de “ressignificar” o conceito de ambiente, diferenciando-o principalmente da

perspectiva naturalista e ecológica que foi incorporada pela Geografia Física. A autora relembra que a dimensão humana na problemática ambiental está muito além de abranger os impactos ambientais no viés de degradação dos sistemas naturais. Ela também está alicerçada na cultura, na economia e na política.

Suertegaray (2021, p. 99, grifo nosso) defende no campo conceitual meio e ambiente como distintos: “Resumidamente, o termo meio vai evocar a relação do ser individual ou do ser coletivo com o seu entorno”. Ela aproxima o conceito de meio (milieu) da Geografia ao de meio ambiente da perspectiva ecológica. Nesta visão geográfica sobre a problemática ambiental, Suertegaray (2000) também faz a defesa de que não é apenas o conceito de ambiente que pode ser explorado. Para a autora, as palavras meio, ambiente, território, paisagem e lugar na Geografia não são meros recursos de linguagem para dimensionar espacialmente um objeto ou fenômeno. São palavras que efetivamente cumprem a função de conceitos-chave que auxiliam a compreensão do conceito mais abrangente e abstrato da Geografia: o espaço geográfico, cuja teorização e operacionalização é dada por Santos (2006).

A partir desta perspectiva, o conceito de ambiente na Geografia passa a ser estudado não só com relação aos impactos ambientais negativos aos ecossistemas que repercutem na qualidade de vida da população, como também com relação à materialização dos conflitos e injustiças ambientais. São “conflitos associados à dimensão territorial, ou seja, à apropriação da natureza, promovendo exploração de recursos, expropriação de populações e espoliação” (SUERTEGARAY, 2021, p. 52).

A operacionalização do conceito de ambiente associado ao de território permite extrapolar a ideia de população como uma entidade genérica e adentrar aos vínculos que os grupos sociais constroem com seus territórios e que dependem diretamente da qualidade ambiental para desenrolar seu modo de vida. No Brasil, principalmente os grupos de ribeirinhos, indígenas,

quilombolas e assentados rurais. A Geografia das últimas décadas, representada principalmente na obra de Milton Santos, ampliou a concepção de território para além da dimensão de poder de Estados e adentrou à dimensão do cotidiano, à concretude do espaço geográfico, o que aproximou alguns campos da saúde à Geografia (FARIA; BORTOLLOZI, 2009; FURTADO et al., 2022).

No campo das ciências e políticas de saúde, observa-se que da mesma forma que o conceito de saúde foi ampliado na 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986 e, atualmente, é qualificado como “conceito ampliado de saúde”, há tentativas de acompanhar estas ressignificações de ambiente de maneira, também, a ampliá-lo. No Brasil, a Política Nacional de Saúde Ambiental (PNSA) discutida a partir do final da década passada, foi uma destas tentativas (BLESSMANN, 2010). Em um dos documentos que fundamentam a sua construção, menciona-se que:

O termo “ambiente” não incorpora apenas a dimensão física ou natural, mas também a social, a cultural, a econômica e a política, sejam elas familiares, de trabalho, lazer, educação, consumo, produção, etc.

O termo “ambientes saudáveis” materializa-se de forma mais específica e com distintas escalas: metrópoles, cidades e municípios saudáveis, bairros saudáveis, ilhas saudáveis, locais de trabalhos saudáveis, escolas saudáveis, mercados saudáveis, parques saudáveis, habitações saudáveis, etc. Mais uma vez coloca-se em questão o território, espaço concreto de inter-relação social, nas suas distintas escalas e dimensões, onde se articulam os distintos atores para atuar sobre os distintos determinantes do processo saúde-doença.

As questões relacionadas às desigualdades sociais e territoriais, na problemática das doenças e dos acidentes, tanto em relação ao trabalho como os relacionados com a organização e a ocupação do espaço, são elementos importantes que devem ser considerados pelas vigilâncias no contexto brasileiro (BRASIL, 2007, p. 33-34).

Estes trechos da PNSA exemplificam muitos dos aspectos discutidos pelas perspectivas críticas da Geografia, dentro do que chamamos de problemática ambiental neste estudo. Há uma

tentativa de dimensionar a noção de ambiente para além da dimensão dos sistemas naturais. Há ainda uma explícita tentativa de integração com o conceito de lugar, paisagem e território, corroborando o que Suertegaray (2001) defende sobre explorar na problemática ambiental outras categorias de análise da Geografia.

Recuperação do descritor *Ambiente* (DeCS)

Na continuidade do estudo acerca de algumas noções sobre o descritor Ambiente no vocabulário controlado DeCS, elaboramos uma estratégia de busca de descritores contendo este termo exato. Os dados foram levantados no próprio site do DeCS (2021), na seção de pesquisa. O método de pesquisa foi o de Qualquer termo, em que a palavra digitada é buscada em todos os termos, descritores e termos alternativos, independentemente da ordem da palavra no termo.

Foram recuperados 53 resultados, dentro os quais 34 foram excluídos pois não apresentavam o termo exato Ambiente na nomenclatura e 1 excluído por não ser um descritor e sim uma categoria. Ou seja, a busca pelo termo exato Ambiente recuperou dezoito descritores relacionados ao objetivo da pesquisa. Foram criadas quatro categorias de noções: ecológica, escalar, laboral e arquitetônica (Quadro 1). Necessário ressaltar que os descritores não estão estanques nas respectivas categorias indicadas, de modo que é possível associá-los às demais.

Quadro 1 - Descritores com termo exato Ambiente recuperados dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS, 2021)

Noção de Ambiente no DeCS	Ecológica	Escalar	Laboral	Arquitetônica
Descritores	Ambiente Aquático; Meio Ambiente; Ambiente Marinho; Perigos ao Meio Ambiente; Ambientes Extremos	Microambiente tumoral, Microambiente celular, Interação Gene-Ambiente, Meio Ambiente Extraterreno, Ambiente Espacial	Ambiente de Trabalho / Programa de Prevenção de Riscos no Ambiente de Trabalho / Vigilância do Ambiente de Trabalho	Odorizantes de Ambientes, Ambiente Construído, Ambiente Controlado, Poluição do Ar em Ambientes Fechados; Ambiente de Instituições de Saúde

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de DeCS (2021).

A noção ecológica está relacionada especificamente ao descritor Meio Ambiente (Quadro 1). No DeCS, Meio Ambiente é apresentado como “termo preferido” na busca pela palavra Ambiente, referindo-se ao conjunto de elementos e condições de diversas ordens que podem influenciar ou afetar um organismo ou população. Por vezes, faz alusão ao tipo de meio em que os organismos ou as populações estão inseridas, como Ambiente Aquático e Ambiente Marinho.

A noção escalar está relacionada aos descritores que possuem uma extensão e que, reunidos, dão um sentido de escala geográfica. Compreende desde a microescala de fenômenos e processos celulares tratados na Biologia até a macroescala de fenômenos e processos extraterrenos trabalhados pela Física e Astronomia.

A noção laboral está relacionada especificamente ao descritor Ambiente de Trabalho. Pode ser equivalente à expressão “local de trabalho”, englobando tanto um sentido arquitetônico quanto de relações interpessoais ou de clima organizacional. Há uma aproximação com a ideia de prevenção e controle das condições de trabalho que podem afetar a qualidade de vida, representada pela vigilância em saúde do trabalhador.

A noção arquitetônica está relacionada a áreas construídas e suas características em termos de ventilação, umidade e outros aspectos ambientais que influenciam a saúde e o conforto nestes recintos. Assim como a noção laboral, há uma aproximação com a ideia de prevenção e controle representadas pela vigilância em saúde, porém com um espectro maior de atuação, como instalações de saúde e residências. Há certa equivalência com área e uma das principais implicações dessa noção estaria relacionada às características e à contaminação/poluição do ar. Em 2019, por exemplo, houve uma revisão no DeCS do descritor Áreas Proibidas ao Hábito de Fumar para Ambientes Livres de Fumo. São noções que se distanciam do aspecto ecológico e resgatam a teoria ambientalista de Florence Nightingale, existente desde a segunda metade do século XIX e que sustentou

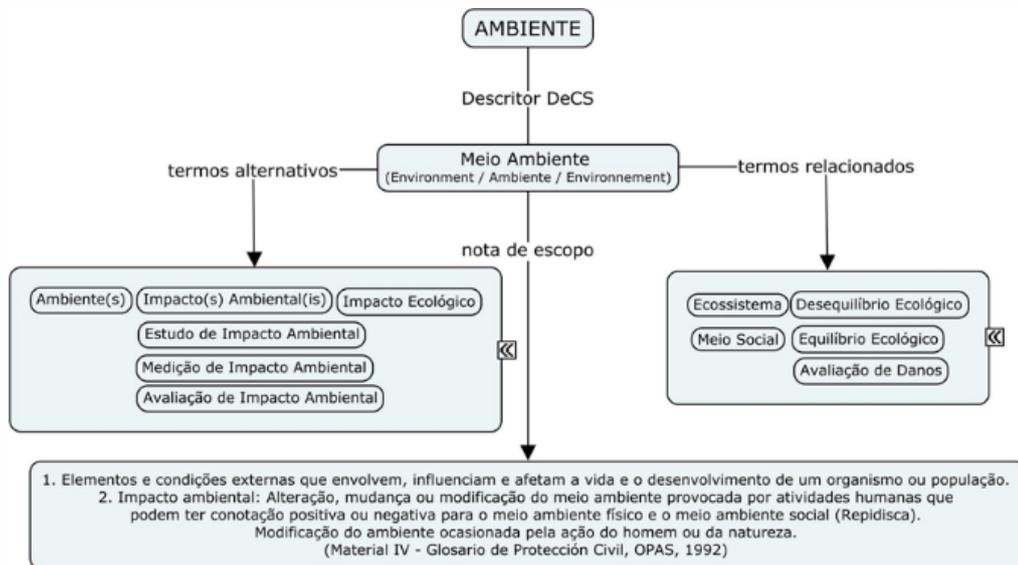
boa parte da Enfermagem Moderna (DA SILVA FILHO et al., 2020; TAVARES et al., 2020).

Já situados alguns dos sentidos que o vocabulário controlado DeCS dá ao descritor Ambiente, pode-se notar que em três destas noções – escalar, arquitetônica e laboral – a palavra ambiente possui uma função meramente vocabular para designar um lócus/área/entorno. Por outro lado, a noção ecológica através do descritor Meio Ambiente carrega uma função conceitual. Observando a importância dada a este descritor, se faz a seguir uma análise da sua nota de escopo em associação com o contexto teórico-metodológico que a Geografia enquanto campo científico aplica a este conceito.

Recuperação do descritor *Meio Ambiente* (DeCS)

A Figura 1 apresenta o mapa conceitual do descritor Meio Ambiente contendo a descrição (nota de escopo), termos alternativos e termos relacionados inseridos no DeCS. Como já mencionado, este descritor é apresentado como “termo preferido” na busca pela palavra exata. O termo Ambiente é apresentado secundariamente como sinônimo (termo alternativo), embora este seja o termo principal nos idiomas inglês, espanhol e francês (Environment - Ambiente - Environnement, respectivamente).

Figura 1 - Mapa conceitual da definição e características do descritor Meio Ambiente no DeCS (2021)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de DeCS (2021).

Na Figura 1, é possível encontrar alguns aspectos que aproximam o descritor Meio Ambiente do DeCS ao modelo biológico, especialmente o da Ecologia. São os termos relacionados Ecosistema, Equilíbrio e Desequilíbrio Ecológicos e o termo alternativo Impacto Ecológico. Para auxiliar na discussão específica sobre a noção ecológica, apresentamos no Quadro 2 as respectivas notas de escopo dos descritores Meio Ambiente e Ecosistema. A Ecologia é um ramo da Biologia em que estariam representados vários níveis de organização de interação entre partes vivas e não vivas, tendo como unidade agregadora e funcional básica o conceito de ecossistema (ODUM; BARRET, 2018).

Quadro 2 - Notas de Escopo dos descritores Meio Ambiente e Ecossistema - Base de dados DeCS (2021)

	Meio Ambiente	Ecossistema
Nota de Escopo	<p>Registro 1: Elementos e condições externas que envolvem, influenciam e afetam a vida e o desenvolvimento de um organismo ou população.</p> <p>Registro 2: Impacto ambiental: Alteração, mudança ou modificação do meio ambiente provocada por atividades humanas que podem ter conotação positiva ou negativa para o meio ambiente físico e o meio ambiente social (República). Modificação do ambiente ocasionada pela ação do homem ou da natureza (Material IV - <i>Glosario de Protección Civil, OPAS, 1992</i>).</p>	<p>Registro 1: Sistema funcional que inclui os organismos de uma comunidade natural junto a seu ambiente (Tradução livre do original: McGraw Hill <i>Dictionary of Scientific and Technical Terms, 4th ed.</i>).</p> <p>Registro 2: Sistema aberto integrado pelos organismos vivos (inclusive o homem) e os elementos não vivos de um setor ambiental definido no tempo e no espaço, cujas propriedades globais de funcionamento e autorregulação derivam da interação entre seus componentes, tanto pertencentes aos sistemas naturais como aqueles modificados ou organizados pelo próprio homem.</p> <p>Registro 3: Complexo constituído pelo biótopo e pela biocenose (Material III - Ministério da Ação Social, Brasília, 1992).</p> <p>Registro 4: Habitat: Ambiente no qual se estabelece o intercâmbio imediato entre os seres viventes e os recursos que lhes são essenciais para cumprir com suas funções vitais.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de DeCS (2021).

Na nota de escopo do descritor Ecossistema (Quadro 2), há certa amplitude de descrições que parecem acompanhar a própria construção histórica do conceito de ecossistema como apresentado anteriormente por Odum; Barret (2018) e Suertegaray (2021). No primeiro e terceiro registros, é apresentada a concepção mais difundida no âmbito científico, voltada mais ao funcionamento dos sistemas naturais. No segundo registro, há uma noção mais aberta e integradora, que insere a organização humana e social como modificadora e pertencente a um ecossistema.

Já na nota de escopo do descritor Meio Ambiente (Quadro 2), há dois registros que condizem com parte da construção histórica sobre o uso científico da noção de ambiente. O primeiro registro da respectiva nota de escopo apresenta a definição de “elementos e condições externas que envolvem, influenciam e afetam a vida e o desenvolvimento de um organismo ou população”. Meio Ambiente seria um espaço exterior a um organismo ou população, ou seja, aquilo que o excede, mas que lhe exerce certa influência. Nesta definição, o ambiente é subentendido como um entorno de interação própria de uma unidade biológica.

Embora numa primeira aproximação possa parecer um pouco genérica, está inserida a noção de níveis hierárquicos de organização da Ecologia (ODUM; BARRET, 2018), representada especificamente pelas unidades biológicas de organismo e população. Além disso, é uma definição que condiz com as primeiras significações que a Biologia de cunho evolucionista adaptou da Física newtoniana (CANGUILHEM, 1975; RIBEIRO, 2012).

Consideramos que uma mesma terminologia (milieu, ambiente ou meio ambiente) divergiu em duas direções: um ambiente entendido pelas Ciências humanas e outro ambiente interpretado pelas Ciências naturais, ou seja, um ambiente no qual o homem insere-se como um elemento diferenciado e outro no qual tanto os humanos quanto os demais seres estão incluídos, um ambiente referindo-se ao mundo natural (RIBEIRO, 2012, p. 35).

Mais um ponto a ser destacado na nota de escopo de Meio Ambiente (Quadro 2) é a presença humana como um dos seus atributos, presente no segundo registro. No DeCS, esta dimensão humana não está expressa na definição principal do descritor Meio Ambiente, mas contextualizada no termo alternativo de Impacto Ambiental, através de “atividades humanas”, “meio ambiente social” e “ação do homem” (Registro 2 de Meio Ambiente, Quadro 2).

Na edição do DeCS de 2019ⁱⁱ, a expressão Impacto Ambiental foi eliminada como descritor e incorporada ao de Meio Ambiente. Tal mudança parece ter a finalidade de nortear o uso deste último, pois o coloca em contato direto com a terminologia da política ambiental brasileira. Com exceção do descritor Ambiente, todos os termos alternativos (Figura 1) também remetem a políticas e legislações ambientais: Impacto Ecológico, Estudo de Impacto Ambiental, Medição de Impacto Ambiental, Avaliação de Impacto Ambiental. Desta forma, o DeCS apresenta a dimensão humana do descritor de Meio Ambiente na perspectiva de sujeito-agressor, exemplificada pelo descritor Perigo ao Meio Ambiente (descritor presente no Quadro 2). Essa perspectiva enquadra-se na própria construção do pensamento científico

moderno de separação entre sociedade e natureza, destacada anteriormente na primeira seção deste estudo.

Cabe destacar que esta terminologia associada a impacto ambiental é reflexo direto de políticas ambientais construídas a partir da década de 1980, tendo como importante referência a Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Através das fontes bibliográficas da definição de Impacto Ambiental, também é possível perceber o processo de internalização da problemática ambiental, através de glossários publicados pelas agências internacionais de saúde, como a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Rede Pan-Americana de Informação e Documentação em Engenharia Sanitária e Ciências do Ambiente (Repidisca).

Conclusões

Ao longo das discussões, buscamos demonstrar como estão inseridas as noções sobre o descritor Ambiente no Vocabulário DeCS. Partindo de uma única palavra-chave foi possível estabelecer uma rede conceitual desta ferramenta. A partir dos descritores recuperados, criamos quatro categorias de noções no DeCS: ecológica, escalar, laboral e arquitetônica. Em três destas noções – escalar, laboral e arquitetônica – a palavra ambiente possui mera função vocabular para designar um lócus, uma área. Por fim, há a ocorrência de um descritor que desempenha efetivamente a função de um conceito científico, no caso o de Meio Ambiente.

Por meio da análise da sua nota de escopo do descritor Meio Ambiente, constatamos sua associação semântica com o conceito (e também descritor) Ecossistema. Neste sentido, representamos a importância desta associação pela criação da categoria de noção ecológica. Concluímos que a nota de escopo do descritor Meio Ambiente, bem como a terminologia de descritores relacionados, não foram acompanhadas de um olhar mais fundamentado sobre o conceito de ambiente nos campos científicos e nas próprias políticas ambientais e de saúde.

Observamos que a internalização da terminologia associada à temática ambiental se dá, principalmente, pelas abordagens eco-geossistêmicas e de caráter gerencial (planejamento e gestão ambientais).

As discussões trazidas ao longo deste estudo sobre a problemática ambiental na Geografia indicaram que existem lacunas no vocabulário controlado DeCS sobre a relação saúde e ambiente e que há a necessidade de se extrapolar as abordagens de equilíbrio/desequilíbrio ecológicos e de planejamento/gestão, considerando também a abordagem territorial. Assim, há a importância de especificar o descritor Ambiente a partir de vínculo das populações nos contextos urbanos, rurais e florestais.

Considerações finais

Todos os sentidos apresentados ao longo deste estudo diversificam o descritor de Ambiente no vocabulário DeCS e reforçam a importância de reconhecê-lo como polissêmico e transversal, não devendo o seu uso estar associado a um único campo do conhecimento científico, tampouco somente à própria ciência. E para que a polissemia não se torne uma imprecisão conceitual, é preciso que os estudos e as políticas de saúde reconheçam a sua historicidade e explicitem as suas definições de ambiente.

É possível que a pandemia de Covid-19 traga maior foco no uso das noções laborais e arquitetônicas de ambiente pelas consequentes recomendações e protocolos de saúde. Dessa forma, descritores como Ambiente Construído, Ambientes Fechados, Ambiente de Instituições de Saúde, Ambiente de Trabalho, etc. podem ter maior frequência de utilização nas palavras-chave das pesquisas científicas em saúde.

Ressaltamos que a noção ecológica parece muito promissora para explicar a funcionalidade dos ciclos da matéria, os fluxos de energia e a organização de sistemas da vida. Os modelos ecológicos associados às áreas do conhecimento como

a Ecotoxicologia, por exemplo, contribuem às ciências e políticas em termos de mensuração e previsões de impactos da poluição na saúde humana. Da mesma forma, a Geografia Física, tendo como referência a abordagem geossistêmica, auxilia nesta compreensão pois adentra a elementos e fenômenos que na Ecologia são tratados genericamente como 'ambiente não vivo' ou 'fatores abióticos'. No entanto, as considerações trazidas pela perspectiva crítica da Geografia e outros campos de conhecimento das Ciências Sociais e Humanas apontam alguns limites destas abordagens.

As discussões sobre (in)justiça ambiental e conflitos ambientais dentro da perspectiva da Geografia Crítica, Ecologia Política, Epidemiologia Crítica, Sociologia Ambiental, etc. são alguns dos exemplos. Dentro do campo das políticas de saúde, a Política Nacional de Saúde Ambiental também é um dos caminhos. Estes campos do conhecimento podem contribuir não só à discriminação e classificação das atividades humanas segundo o grau de impacto ambiental relacionado à saúde, mas também à inserção de descritores e categorias que deem conta das desigualdades sociais e territoriais persistentes no país.

Trata-se, assim, não só de uma expansão terminológica, mas de uma expansão epistemológica que indique outras possíveis abordagens e conseqüentes noções de ambiente derivadas. Indicamos que a partir do olhar geográfico dado ao conceito de ambiente pelos autores citados e dentro dos limites objetivos de um vocabulário controlado, a problemática ambiental não apareceria de forma hierárquica e como uma categoria específica, a exemplo de "problemas ambientais" ou "saúde e problemas ambientais". Ela ganharia mais potencialidade ao ser expressa de forma transversal nas categorias já existentes (e citadas ao longo deste estudo), onde já há uma certa descrição de elementos e fenômenos dos sistemas naturais. Isto poderia auxiliar a tornar a temática ambiental em uma problemática ambiental de fato no vocabulário DeCS e outras ferramentas de busca científica na área da saúde.

Referências

AJARA, Cesar. A abordagem geográfica: suas possibilidades no tratamento da questão ambiental. In: MESQUITA, Olindina Vianna; SILVA, Solange Tietzmann (Coord.). **Geografia e questão ambiental**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. p. 9-12.

BARROS, José D. **Conceitos: Seus usos nas ciências humanas**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2016. 206 p.

BIONDO, Evelin Cunha. **Da palavra ao conceito: por uma leitura geográfica sobre o ambiente**. 2021. 245 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/231307>>. Acesso em: 21 mar. 2022.

BLESSMANN, Doris Soares. **Saúde ambiental: a articulação entre saúde e ambiente na política de saúde ambiental como estratégia de governo da população**. 2010. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/25838>>. Acesso em: 4 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Subsídios para a Construção da Política Nacional de Saúde Ambiental/ Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde** - Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007. 56 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

_____. Congresso Nacional. **Política Nacional do Meio Ambiente**. 31 ago. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 24 mar. 2022.

CANGUILHEM, Georges. Le vivant et son milieu. In: **La Connaissance de la vie**. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1975. p. 129-54.

CAVALCANTI, Lucas Costa De Souza. **Da Descrição de Áreas à Teoria dos Geossistemas: Uma Abordagem Epistemológica sobre Sínteses Naturalistas**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10661/1/TESE%20Lucas%20Cavalcanti.pdf>> Acesso em: 21 nov. 2021.

CHRISTOPHERSON, Robert *et al.* **Geossistemas: Uma Introdução à Geografia Física**. 9ª edição. [S. l.]: Bookman, 2017.

CRUTZEN, Paul J. La géologie de l'humanité: l'Anthropocène. **Ecologie & politique**, [s. l.], v. n°34, n. 1, p. 141, 2007. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-ecologie-et-politique1-2007-1-page-141.htm?ref=doi>. Acesso em: 6 mar. 2022.

DA SILVA FILHO, José Adelmo *et al.* Recomendações preventivas em tempos de covid-19 à luz da teoria ambientalista. **Av. enferm**, [s. l.], p. 68-73, 2020.

DECS. [S. l.], 2021. Disponível em: <<https://decs.bvsalud.org/>>. Acesso em: 23 mar. 2021>.

FARIA, Rivaldo Mauro; BORTOLOZZI, Arlêude. Espaço, Território e Saúde: Contribuições de Milton Santos para o Tema da Geografia da Saúde no Brasil. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, [s. l.], v. 17, 2009. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/11995>. Acesso em: 31 mar. 2021.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias**, [s. l.], v. 16, p. 34-82, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/soc/a/jyXLbgZPFZH6d8hNYpyZhNz/?lang=pt>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

FURTADO MACHADO ANUTE, Pollyana; SAMPAIO DE FARIAS, Cleilton; SALES DE PAULA, I. Emprego do conceito de território na Geografia da Saúde: Um estudo de caso da Revista Hygeia no biênio 2019-2020. **Geoconexões Online**, 1(1), 217-232. Disponível em: <<https://doi.org/10.53528/geoconexes.v1i1.59>> Acesso em: 05 fev. 2022.

LIMA, Bruno Avellar Alves de. O debate ambiental sobre a metropolização difusa: os limites da abordagem ecos(sistêmica) e a importância da teoria de produção do espaço. **Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana - XVI SIMPURB**, [s. l.], v. 1, p. 2332-2351, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26003>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2014.

ODUM, Eugene P; BARRET, Gary W. **Fundamentos de ecologia**. [S. l.: s. n.], 2018. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522126125>. Acesso em: 31 dez. 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Ed.Contexto, 1989. (Coleção temas atuais).

RIBEIRO, Job Antonio Garcia; CAVASSAN, Osmar. Um olhar epistemológico sobre o vocábulo ambiente: algumas contribuições para pensarmos a

Ecologia e a Educação Ambiental. **Filosofia e História da Biologia**, v. 7, n. 2, p. 241-261, 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2006.

SOUTO, Raquel Dezidério. O papel da geografia em face da crise ambiental. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 30, n. 87, p. 197-212, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200197&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 24 fev. 2022.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O que é a Geografia Ambiental? **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, [s. l.], v. 1, p. 14-14, 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/22684>. Acesso em: 3 dez. 2021.

SUERTEGARAY, Dirce M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, [s. l.], 2001. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>>. Acesso em: 3 dez. 2021.

_____. **Meio, ambiente e geografia**. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2021. *E-book*. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/224462/001129245.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

_____. SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia e Ambiente: desafios e novos olhares. **Revista Mato-Grossense de Geografia**, v. 17, 2014. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geografia/article/view/4081>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

TAVARES, Diogo Henrique *et al.* Aplicabilidade da Teoria Ambientalista de Florence Nightingale na pandemia do novo Coronavírus / Applicability of Florence Nightingale's Environmental Theory in the new Coronavirus pandemic. **Journal of Nursing and Health**, [s. l.], v. 10, n. 4, 2020.

TREUHERZ, Arthur Alberto Corrêa; TEIXEIRA, Fábio Oliveira. **Identificação e ampliação da representatividade da temática de gênero no vocabulário controlado DeCS**. [s. l.], p. 8, 2015. Disponível em: <http://telemedicina.unifesp.br/projeto/uab/arquivos2015/589_tcc.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2021.

Notas

ⁱ Ressaltamos que, contrapondo a visão geográfica de conjunto, a chamada Geografia Clássica sofreu o mesmo processo dos demais campos de conhecimento relacionado à fragmentação disciplinar da Modernidade, de modo que esta visão de conjunto em potencial entrou em crise e dividiu os saberes sobre sociedade e sobre natureza em dois ramos principais, respectivamente: Geografia Humana e Geografia Física.

ⁱⁱ Para panorama sobre a Edição DeCS de 2019, ver: https://decs.bvsalud.org/P/del_p2019.htm

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Socioambientais. Programa de Pós-graduação em Geografia. Publicação no Portal de Periódicos UFG.

As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Contribuições dos autores

Todos os autores ofereceram substanciais contribuições científicas e intelectuais ao estudo. As tarefas de concepção e design do estudo, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A primeira autora, Heloíse Canal, ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, aquisição de dados e suas interpretações e análise. O segundo autor, Roberto Verdum, ficou especialmente responsável pela revisão do conteúdo e texto.

Heloíse Canal- Mestrado em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil. Autor: Verdum, Roberto Afiliação e Instituição: Doutor em Geografia, Professor, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPG), Instituto de Geociências e PPG em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Roberto Verdum - Possui graduação em Licenciatura em Geografia e Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestrado e Doutorado em Géographie et Aménagement pela Université de Toulouse Le Mirail, França. Atualmente, é Professor Titular do Departamento de Geografia - IGEO - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde atua no curso de Graduação em Geografia; nos cursos de Pós-graduação em Geografia/IGEO e Desenvolvimento Rural - FCE. Tem experiência na área de Geociências, Geografia e Desenvolvimento Rural, com ênfase em Geomorfologia, atuando nos seguintes temas: análise ambiental, paisagem, desertificação e arenização.

Data de recebimento: 15 de fevereiro de 2023

Aceite: 18 de setembro de 2023

Publicação: 02 de novembro de 2023